

CONSIDERANDO o pedido de vacância por motivo de posse em outro cargo público inacumulável, concedido por meio do Ato nº 10/2014, datado de 31/1/2014, publicado no D.O.E em 8/9/2014, no período de 4/11/2013 a 4/11/2015, com base no art. 33, VIII, a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990,

CONSIDERANDO o decurso de 3 (três) anos referente a duração do estágio probatório, previsto na Lei nº 5.810/1994,

R E S O L V E:

EXONERAR, de acordo com o art. 235, da Lei Complementar Estadual n.º 057/2006, c/c art. 58, parágrafo único, inciso II, da Lei nº 5.810/1994, RODRIGO CELESTINO PINHEIRO MENEZES, do cargo de Promotor de Justiça Substituto, do Ministério Público do Estado do Pará, ao qual foi nomeado por meio do Ato datado de 19/5/2009, publicado no D.O.E. de 26/5/2009, a contar de 5/11/2015.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Belém, 12 de agosto de 2019.

GILBERTO VALENTE MARTINS

Procurador-Geral de Justiça

#### ATO N.º 205/2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO os termos do expediente protocolizado sob o nº 34657/2019, datado de 22/7/2019,

CONSIDERANDO o pedido de vacância por motivo de posse em outro cargo público inacumulável, concedido por meio do Ato nº 11/2014, datado de 5/2/2014, publicado no D.O.E em 8/9/2014, no período de 11/12/2013 a 11/12/2015, com base no art. 33, VIII, a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990,

CONSIDERANDO o decurso de 3 (três) anos referente a duração do estágio probatório, previsto na Lei nº 5.810/1994,

R E S O L V E:

EXONERAR, de acordo com o art. 235, da Lei Complementar Estadual n.º 057/2006, c/c art. 58, parágrafo único, inciso II, da Lei nº 5.810/1994, SAMILE SIMOES ALCOLUMBRE DE BRITO, do cargo de Promotor de Justiça de 1ª Entrância, do Ministério Público do Estado do Pará, ao qual foi nomeada por meio do Ato datado de 20/5/2008, publicado no D.O.E. de 21/5/2014, a contar de 12/12/2015.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Belém, 12 de agosto de 2019.

GILBERTO VALENTE MARTINS

Procurador-Geral de Justiça

#### ATO N.º 209/2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO os termos do expediente protocolizado sob o nº 34657/2019, datado de 22/7/2019,

CONSIDERANDO o pedido de vacância por motivo de posse em outro cargo público inacumulável, concedido por meio do Ato nº 38/2014, datado de 8/4/2014, publicado no D.O.E em 11/4/2014, com base no art. 33, VIII, a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990,

CONSIDERANDO o decurso de 3 (três) anos referente a duração do estágio probatório, previsto na Lei nº 5.810/1994,

R E S O L V E:

EXONERAR, de acordo com o art. 58, I, e 59 da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/1/1994, DIRLENE FERREIRA DE CARVALHO COUTINHO, do cargo de Analista Jurídico, MP-ATE-402-A-I, ao qual foi nomeada por meio do Ato nº 91/2013, datado de 13/8/2013, publicado no D.O.E. de 19/8/2013, a contar de 7/1/2017.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Belém, 12 de agosto de 2019.

GILBERTO VALENTE MARTINS

Procurador-Geral de Justiça

#### ATO N.º 211/2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO os termos do expediente protocolizado sob o nº 34657/2019, datado de 22/7/2019,

CONSIDERANDO o pedido de vacância por motivo de posse em outro cargo público inacumulável, concedido por meio do Ato nº 37/2014, datado de 31/3/2014, publicado no D.O.E em 15/4/2014, com base no art. 33, VIII, a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990,

CONSIDERANDO o decurso de 3 (três) anos referente a duração do estágio probatório, previsto na Lei nº 5.810/1994,

R E S O L V E:

EXONERAR, de acordo com o art. 58, I, e 59 da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/1/1994, FABIO EDSON CIRINO NASCIMENTO, do cargo de Auxiliar de Administração, MP-AUD-201-A-IV, ao qual foi nomeado por meio do Ato datado de 15/2/2005, publicado no D.O.E. de 18/2/2005, a contar de 16/4/2017.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Belém, 12 de agosto de 2019.

GILBERTO VALENTE MARTINS

Procurador-Geral de Justiça

#### ATO N.º 212/2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO os termos do expediente protocolizado sob o nº 34657/2019, datado de 22/7/2019,

CONSIDERANDO o pedido de vacância por motivo de posse em outro cargo público inacumulável, concedido por meio do Ato nº 73/2014, datado de 17/7/2014, publicado no D.O.E em 22/7/2014, no período de 15/5/2014 a 15/5/2016, com base no art. 33, VIII, a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990,

CONSIDERANDO o decurso de 3 (três) anos referente a duração do estágio probatório, previsto na Lei nº 5.810/1994,

R E S O L V E:

EXONERAR, de acordo com o art. 235, da Lei Complementar Estadual n.º 057/2006, c/c art. 58, parágrafo único, inciso II, da Lei nº 5.810/1994, JANAINA ANDRADE DE SOUSA, do cargo de Promotor de Justiça de 2ª Entrância, do Ministério Público do Estado do Pará, ao qual foi nomeada por meio do Ato datado de 27/3/2008, publicado no D.O.E. de 2/4/2008, a contar de 16/5/2016.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Belém, 12 de agosto de 2019.

GILBERTO VALENTE MARTINS

Procurador-Geral de Justiça

#### ATO N.º 213/2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO os termos do expediente protocolizado sob o nº 34657/2019, datado de 22/7/2019,

CONSIDERANDO o pedido de vacância por motivo de posse em outro cargo público inacumulável, concedido por meio do Ato nº 83/2014, datado de 5/8/2014, publicado no D.O.E em 6/8/2014, com base no art. 33, VIII, a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990,

CONSIDERANDO o decurso de 3 (três) anos referente a duração do estágio probatório, previsto na Lei nº 5.810/1994,

R E S O L V E:

EXONERAR, de acordo com o art. 58, I, e 59 da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/1/1994, BRUNO TORRES DE SOUZA, do cargo de Auxiliar de Administração, MP-AUD-201-A-IV, ao qual foi nomeado por meio do Ato datado de 1º/12/2004, publicado no D.O.E. de 2/12/2004, a contar de 30/7/2017.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Belém, 12 de agosto de 2019.

GILBERTO VALENTE MARTINS

Procurador-Geral de Justiça

#### ATO N.º 215/2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO os termos do expediente protocolizado sob o nº 34657/2019, datado de 22/7/2019,

CONSIDERANDO o pedido de vacância por motivo de posse em outro cargo público inacumulável, concedido por meio do Ato nº 34/2015, datado de 17/3/2015, publicado no D.O.E em 7/4/2015, com base no art. 33, VIII, a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990,

CONSIDERANDO o decurso de 3 (três) anos referente a duração do estágio probatório, previsto na Lei nº 5.810/1994,

R E S O L V E:

EXONERAR, de acordo com o art. 58, I, e 59 da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/1/1994, NELSON ELIAS DE SOUSA, do cargo de Motorista, AOM-A-II, ao qual foi nomeado por meio do Ato datado de 28/8/2008, publicado no D.O.E. de 9/9/2008, a contar de 12/12/2017.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Belém, 12 de agosto de 2019.

GILBERTO VALENTE MARTINS

Procurador-Geral de Justiça

#### ATO N.º 219/2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO os termos do expediente protocolizado sob o nº 34657/2019, datado de 22/7/2019,

CONSIDERANDO o pedido de vacância por motivo de posse em outro cargo público inacumulável, concedido por meio do Ato nº 29/2015, datado de 6/3/2015, publicado no D.O.E em 11/3/2015, no período de 2/3/2015 a 2/3/2018, com base no art. 33, VIII, a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990,

CONSIDERANDO o decurso de 3 (três) anos referente a duração do estágio probatório, previsto na Lei nº 5.810/1994,

R E S O L V E:

EXONERAR, de acordo com o art. 58, I, e 59 da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/1/1994, EDIOBERTO SA DE OLIVEIRA, do cargo de Auxiliar de Administração, MP-AUD-201-A-IV, ao qual foi nomeado por meio do Ato datado de 9/3/2005, publicado no D.O.E. de 14/3/2005, a contar de 3/3/2018.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Belém, 12 de agosto de 2019.

GILBERTO VALENTE MARTINS

Procurador-Geral de Justiça

#### ATO N.º 220/2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO os termos do expediente protocolizado sob o nº 34657/2019, datado de 22/7/2019,

CONSIDERANDO o pedido de vacância por motivo de posse em outro cargo público inacumulável, concedido por meio do Ato nº 131/2015, datado de 25/9/2015, publicado no D.O.E em 29/9/2015, no período de 21/8/2015 a 21/8/2018, com base no art. 33, VIII, a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990,